

## *“Ciências duras” e “Ciências moles”*

O que nos faz optar por um método de investigação? A resposta será: a pergunta de investigação. Certo! Mas ao questionar diferentes investigadores sobre o método que escolheram para a sua pesquisa, muitas vezes a resposta é: “o método X ou Y tem muito mais a ver comigo”; ou “era incapaz de usar o método Z ou Q”; ou “não me estou a ver a trabalhar só com números”; ou ainda, “não gosto de ter que ler tantas obras para produzir um parágrafo”.

Esponaneamente ocorre-me algumas questões, como somos mais um determinado método que outro? Os métodos sentem-se? Entranham-se a ponto de “transpirarmos” uma determinada abordagem? Terá a abordagem metodológica a ver alguma coisa com a nossa forma de estar/ser na vida?

O método científico pressupõe um conjunto de etapas definidas e rigorosas. A aferição da qualidade do estudo remete para a observância destas, culminando numa avaliação que credita o rigor destes passos. É sobretudo aqui que uns desconfiam dos outros, a qualidade dos estudos.

Os defensores da investigação qualitativa criticam a frieza, por vezes, a manipulação dos números, as variáveis impossíveis de controlar (sobretudo quando o objeto são pessoas), o determinismo que encerra em si “a verdade”, a objetividade cega, entre outras, da investigação quantitativa.

Do lado da investigação quantitativa, temos críticos que apontam a investigação qualitativa como carecendo de rigor, de apresentar resultados lábeis, não generalizáveis, de replicação duvidosa, de uma subjetividade onde não se chega “à verdade”.

A investigação quantitativa e qualitativa mantêm entre si um espaço de tensão com olhares mútuos de desconfiança. Parecia no entanto que um combinado destas duas onde uma complementar a outra, os estudos mistos, seria uma zona de entendimento paritário. Contudo, é muitas vezes expresso que o uso dos dois métodos numa mesma investigação tem uma função reguladora, no sentido em que uma vigia e confirma o resultado da parceira.

Atualmente quer a investigação quantitativa quer a qualitativa tem um corpo variado, regulado e validado por critérios de qualidade que permitem chegar à conclusão se determinada investigação tem validade científica. Nas duas grandes linhas de investigação encontram-se boas e más pesquisas, ou seja, as que traçam um objetivo por meio de uma questão que se procura responder por meio de um conjunto de procedimentos transparentes para o leitor, acompanhada por uma performance honesta, onde os resultados são exatamente aquilo que foi produzido; e as outras, em que os resultados não “respondem” à pergunta de partida, onde os procedimentos são pouco claros ou omissos, levantando dúvidas nas várias etapas desde a colheita de dados à análise do material e deste modo podem apresentar resultados de certa forma fabricados.

A investigação tem diferentes vias para lidar com os seus objetos, procura resposta para diferentes perguntas, utiliza meios variados de acordo com o que se pretende saber. Naturalmente, com esta compreensão prévia, não podemos dicotomizar a lógica investigativa, dizendo que existe uma abordagem credível e portanto boa e uma não credível e consequentemente má. O que existe, sim, são estudos que desafiam o rigor que qualquer dos tipos de investigação advoga.

A questão deve então ser colocada sob outro prisma, ou seja, a validade e qualidade da investigação não depende da abordagem mas sim do modo como é conduzido dentro da própria abordagem, quer seja quantitativa ou qualitativa.

Outro dos problemas recorrentes é o facto de se querer validar os estudos por meio de critérios gerais. Podem os critérios de avaliação de uma pesquisa quantitativa serem iguais aos critérios de uma qualitativa? Os critérios podem ser os mesmos, mas a forma de os “medir”, a compreensão que é feita de cada parâmetro terá que ser diferente. Vejamos por exemplo, a generalização; um estudo que pode ser generalizado é mais fidedigno que outro que não pode, pelo facto de usar uma abordagem metodológica diferente? Não, não será mais fidedigno por conter resultados que podem ser generalizáveis, pois logicamente chega a um resultado que por meio do procedimento específico responde a uma pergunta de partida. E quanto ao que não se pode generalizar, é na mesma fiável? Será, pois o que a sua pergunta de partida procurava não pretendia uma resposta que fosse para todos ou quase todos em determinadas condições, mas sim para determinados indivíduos que poderão de certa forma ajudar a compreender outros em situações semelhantes (resultados não generalizáveis mas transferíveis).

Existe, neste aspeto, ainda um caminho a percorrer pois, de facto, o que maioritariamente se tem usado são critérios iguais para tipos de pesquisa diferentes. O resultado será sempre desfasado nalgum parâmetro, como se tentássemos medir líquidos com uma escala de sólidos. Mesmo dentro de uma mesma abordagem, os métodos deverão ser avaliados por critérios próprios. Significa isto que os critérios de avaliação de um estudo qualitativo poderão ter que ser adaptados ao método utilizado, ainda que seja dentro da mesma abordagem. Por exemplo, apesar de os métodos análise de conteúdo, grounded theory ou fenomenológico se encontrarem dentro do paradigma qualitativo, os critérios de avaliação deverão ser adaptados ao método específico utilizado. O rigor em investigação quantitativa, sendo o mesmo parâmetro terá que ser adequado ao rigor em pesquisa qualitativa. O rigor numa e noutra assume características diferentes, pois a sua natureza é também diferente.

Tendo em mente estas asserções, voltemos então ao desafio inicial, “ciências duras” e “ciências moles”. Estas são designações que despertaram a minha atenção quando proferidas por Frei Bento Domingues numa entrevista ao jornal Público, em 2014.

Não será difícil deduzir a que corresponde cada uma; “ciências duras”, as quantitativas e “ciências moles”, as qualitativas. Qualquer das designações encerra em si aspetos positivos e negativos e por isso me pareceram tão ajustadas. Vale a pena apresentar um excerto dessa entrevista:

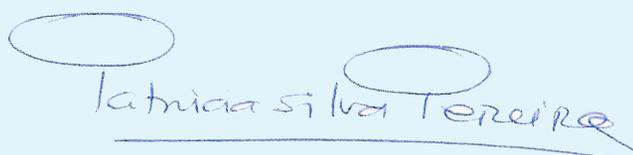
*Não sou um determinista. Se fosse uma pessoa das ciências duras, talvez pudesse sê-lo, mas não, eu sou um homem das ciências moles, das mais moles que há, e gosto disso. As ciências moles é que entendem os homens.*

Parece então que o método que escolhemos, para além de ser o adequado para a nossa pergunta de partida, terá também de alguma forma a ver com o modo como sinto e estou na vida, pois a pergunta que coloco também já indicia o que me preocupa. Desta forma pode-se dizer que, de facto, o método tem a ver com o que eu sou, pois se é determinado pela pergunta, a pergunta está em mim e inquieta-me fruto do que sou e das experiências de vida que tenho tido.

As “ciências moles” são as que contemplam a subjetividade da vida e por isso abrem um leque de possibilidades e não uma verdade absoluta. E, também por isso mesmo, são as que entendem os homens na sua complexidade. “O pensamento complexo não é a chave do mundo, mas o desafio a enfrentar (...) não é o que evita ou suprime o desafio, mas o que o ajuda a relevá-lo e, por vezes, mesmo a ultrapassá-lo (Morin, 2003, p. 11). A complexidade é o desafio, não é a resposta (Morin, 2003, p. 147). Dito de outro modo, a complexidade é a possibilidade, não a verdade.

Não poderemos entender o mundo, nomeadamente entender as pessoas por meio de um único método. A exclusividade é, neste caso, inimiga do progresso e compreensão da complexidade humana. Uma abordagem integrativa de diferentes visões, de diferentes métodos com critérios de avaliação ajustados a cada um é uma mais-valia imperativa.

Completamo-nos na complementaridade.



Patrícia Silva Terceira